



CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA

Bruxelas, 25 de Novembro de 2002 (28.11)
(OR. en)

14164/1/02
REV 1

SOC 508

ENVIO DE TEXTO REVISTO

de:	Comité da Protecção Social
para:	Coreper/Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)
n.º doc. ant.:	14110/00 SOC 470
Assunto:	Luta contra a pobreza e a exclusão social: objectivos comuns para a segunda série de Planos de Acção Nacionais – Aprovação

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, um relatório do Comité da Protecção Social, que inclui as suas sugestões de revisão dos objectivos adequados para a luta contra a pobreza e a exclusão social.

Em execução do mandato dos Conselhos Europeus de Lisboa e de Santa Maria da Feira, o Conselho aprovou, em Outubro de 2000, um conjunto de "objectivos adequados" para a luta contra a pobreza e a exclusão social, que foram ulteriormente subscritos pelo Conselho Europeu de Nice, em Dezembro de 2000. Esses objectivos constituíram a base dos primeiros planos de acção nacionais bienais, que, por sua vez, contribuíram para o relatório conjunto do Conselho e da Comissão sobre a inclusão social, apresentado ao Conselho Europeu de Laeken em Dezembro de 2001. Os objectivos revistos destinam-se à segunda ronda deste exercício, agora iniciada, de que deverá resultar um novo relatório conjunto para o Conselho Europeu da Primavera de 2004. Os objectivos vão acompanhados de uma nota explicativa e de uma nota introdutória.

A Delegação do Reino Unido formulou uma reserva de análise parlamentar.

Convida-se o Conselho a aprovar o relatório e os objectivos revistos.

**RELATÓRIO DO COMITÉ DA PROTECCÃO SOCIAL PARA
APRESENTAÇÃO NA REUNIÃO DO CONSELHO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2002**

Nota explicativa

No seguimento das conclusões da reunião informal dos Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais, em Kolding, em Julho de 2002, o Comité da Protecção Social elaborou este relatório sobre os objectivos apropriados para apoiar a preparação da segunda ronda dos Planos de Acção Nacionais contra a pobreza e a exclusão social em 2003. Para a elaboração deste relatório, o Comité teve em consideração as conclusões da Mesa-Redonda Europeia, realizada em Aarhus nos dias 17 e 18 de Outubro de 2002.

O Comité considera que os actuais objectivos comuns, que foram acordados no Conselho Europeu de Nice em Dezembro de 2000, demonstraram ser equilibrados, sólidos e viáveis. Por este motivo, não é necessário proceder a uma alteração substancial dos objectivos. Neste momento, a ênfase deverá ser colocada na continuação, consolidação e desenvolvimento dos progressos já efectuados com vista à prossecução dos esforços para a promoção do processo de inclusão social iniciado no Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000.

Contudo, em três áreas essenciais consideramos serem necessárias alterações aos objectivos comuns, de modo a realçar ainda mais a sua importância, a saber:

- no seguimento das conclusões do Conselho Europeu de Barcelona, reforçar a necessidade de os Estados-Membros definirem objectivos nos respectivos Planos de Acção Nacionais, com vista à redução significativa do número de pessoas em situação de risco de pobreza e de exclusão social até 2010;
- sublinhar a importância da integração da dimensão do género no desenvolvimento, aplicação e acompanhamento dos Planos de Acção Nacionais;

- evidenciar claramente o elevado risco de pobreza e de exclusão social enfrentado por alguns homens e mulheres como resultado da imigração.

Em anexo, incorporamos alterações aos objectivos de Nice que reflectem estas três questões essenciais.

Consideramos igualmente que, nesta fase, o ciclo de dois anos dos Planos de Acção Nacionais deve ser mantido e que os próximos planos devem ser preparados para Julho de 2003. Isso seria então a base para a elaboração de um novo Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social, por parte da Comissão e dos Estados-Membros, a apresentar ao Conselho Europeu da Primavera de 2004.

OBJECTIVOS DE LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

– Nota introdutória –

1. Orientações políticas definidas pelo Conselho Europeu

No Conselho Europeu reunido em Lisboa e em Santa Maria da Feira, os Estados-Membros da União Europeia franquearam uma etapa da maior importância ao fazerem da luta contra a exclusão social e a pobreza um dos elementos centrais da modernização do modelo social europeu. Os Chefes de Estado e de Governo acordaram na necessidade de tomar medidas para dar um impulso decisivo à erradicação da pobreza, mediante a determinação dos objectivos adequados, que deverão ser aprovados pelo Conselho até ao final do ano. Os Chefes de Estado e de Governo acordaram igualmente em que as políticas de luta contra a exclusão social devem basear-se num método aberto de coordenação que combine os planos de acção nacionais e um programa de acção apresentado pela Comissão para incentivar a cooperação neste domínio.

O Conselho Europeu reunido em Lisboa e em Santa Maria da Feira fez da promoção da integração social um eixo essencial da estratégia global da União para alcançar o seu objectivo estratégico do próximo decénio, ou seja, tornar-se a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica a nível mundial, capaz de um crescimento económico sustentável, acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de uma maior coesão social. O Conselho Europeu fixou igualmente um objectivo de pleno emprego na Europa numa nova sociedade emergente, melhor adaptada às opções pessoais das mulheres e dos homens.

Esta iniciativa inscreve-se no prolongamento da inclusão da luta contra as exclusões nas disposições relativas à política social da União efectuada pelo Tratado de Amesterdão (artigos 136.º e 137.º do Tratado).

2. Abordagem pluridimensional

A pobreza e a exclusão social assumem formas complexas e pluridimensionais que obrigam a recorrer a um amplo leque de políticas no âmbito dessa estratégia global. Paralelamente à política de emprego, cabe à protecção social um papel primordial, mas importa reconhecer igualmente a importância de outros factores como a habitação, a educação, a saúde, a informação e a comunicação, a mobilidade, a segurança e a justiça, os tempos livres e a cultura.

Por conseguinte, será conveniente integrar nas diferentes políticas ("mainstreaming"), a nível nacional e comunitário, o objectivo de luta contra a pobreza e a exclusão social.

O emprego constitui a melhor protecção contra a exclusão social. A fim de desenvolver um emprego de qualidade, importa fomentar a capacidade de inserção profissional, em especial graças à aquisição de competências e à formação ao longo da vida. A concretização dos objectivos fixados pela União Europeia no âmbito da estratégia europeia para o emprego contribui assim de forma determinante para a luta contra a exclusão. O crescimento económico e a coesão social reforçam-se mutuamente. Uma sociedade com maior coesão social e menos exclusão constitui a garantia de uma economia com melhores desempenhos.

Os sistemas de protecção social desempenham igualmente um papel estratégico. Em relação a este aspecto, os sistemas nacionais de assistência social e os sistemas que asseguram recursos suficientes constituem importantes instrumentos da política de protecção social. No âmbito de um Estado social activo, importa promover sistemas de protecção social modernos que favoreçam o acesso ao emprego. As pensões de reforma e o acesso aos cuidados de saúde têm igualmente um papel importante na luta contra a exclusão social.

A nova sociedade do conhecimento oferece possibilidades consideráveis para reduzir a exclusão social, quer criando as condições económicas para uma maior prosperidade, quer criando novas modalidades de participação na sociedade. A emergência das novas tecnologias da informação e da comunicação constitui uma oportunidade excepcional, na condição de que se evite o risco do alargamento do fosso entre os que têm acesso aos novos conhecimentos e os que deles se encontram excluídos. O Conselho Europeu de Lisboa indicou que será conveniente impedir que as pessoas sejam excluídas da sociedade da informação e que é necessário dar uma atenção especial às pessoas com deficiências. A aplicação do plano de acção da Comissão "eEuropa 2005 – Uma Sociedade da Informação para Todos", aprovado pelo Conselho Europeu de Sevilha, bem como o "2003 – Ano Europeu das Pessoas com Deficiência" deverão contribuir para a realização deste objectivo.

Em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho Europeu de Lisboa, os objectivos adequados deverão igualmente permitir favorecer uma melhor compreensão da exclusão social, integrando a promoção da inclusão nas políticas de emprego, educação e formação, saúde e habitação dos Estados-Membros; e desenvolver acções prioritárias dirigidas a grupos-alvo específicos (por exemplo, minorias, crianças, idosos e pessoas com deficiência), cabendo aos Estados-Membros, segundo as suas situações específicas, escolher as acções a implementar.

3. Modalidades de aplicação

Os artigos 2.º e 3.º do Tratado, respectivamente, atribuem à Comunidade a missão de promover a igualdade entre homens e mulheres, e estabelecem que, na realização de todas as acções, a Comunidade terá por objectivo eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres. Deste modo, importa integrar a igualdade entre homens e mulheres em todas as acções que vierem a ser desenvolvidas para efeito dos objectivos indicados, procedendo, nomeadamente, à avaliação, nas diferentes etapas de programação, de decisão e de acompanhamento dessas acções, das consequências que daí resultam para homens e mulheres.

A aplicação deste princípio deve ser efectuada no respeito do princípio da subsidiariedade. A luta contra a exclusão social é, antes de mais, da responsabilidade dos Estados-Membros e das respectivas autoridades nacionais, regionais e locais, em ligação com todos os intervenientes em causa, nomeadamente os parceiros sociais e as organizações não governamentais. Deve igualmente articular-se com as características nacionais dos sistemas de protecção social e das políticas sociais.

A aplicação à luta contra a exclusão social do método aberto de coordenação, em conformidade com os princípios definidos nas conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, permite combinar coerência e diversidade nacional. A realização dos objectivos de luta contra a pobreza e a exclusão social pode, com efeito, variar em função da sua natureza, dos seus efeitos para os Estados-Membros e dos seus destinatários. Além disso, as diferenças entre os Estados-Membros relativamente aos problemas abordados traduzir-se-ão em soluções e prioridades adaptadas à situação de cada um.

O método aberto de coordenação irá continuar a combinar os planos de acção nacionais com o programa comunitário de acção, com vista a incentivar a cooperação entre os Estados-Membros para combater a exclusão social. Nesta perspectiva, seria desejável que os Estados-Membros apresentassem o respectivo segundo plano de acção nacional até Julho de 2003. O Comité da Protecção Social irá desempenhar um papel fundamental no seguimento desta iniciativa. Nas questões relacionadas com o emprego, irá trabalhar em estreita colaboração com o Comité do Emprego.

4. Prossecução da execução das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa

Os objectivos definidos no Conselho Europeu de Nice demonstraram ser sólidos e viáveis. Neste momento, a prioridade consiste no desenvolvimento e na consolidação dos progressos já efectuados com vista à prossecução dos esforços para a promoção do processo iniciado no Conselho Europeu de Lisboa. Deste modo, tendo em conta as orientações definidas pelo Conselho Europeu reunido em Lisboa e em Santa Maria da Feira e as conclusões dos Conselhos Europeus de Laeken e de Barcelona, o Conselho propõe ao Conselho Europeu de Copenhaga que os objectivos comuns e os dispositivos de aplicação aprovados no Conselho Europeu de Nice sejam confirmados com a inclusão das alterações que reforçam a importância da definição de objectivos, a necessidade de reforço da dimensão do género nos planos de acção nacionais e os riscos de pobreza e de exclusão social enfrentados pelos imigrantes. Por conseguinte, o Conselho propõe ao Conselho Europeu de Copenhaga:

- os seguintes objectivos, que se encontram especificados no Anexo:
 - promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços;
 - prevenir os riscos de exclusão;
 - actuar em favor dos mais vulneráveis;
 - mobilizar o conjunto dos intervenientes.

- as seguintes modalidades para a execução desses objectivos:

Os Estados-Membros

Continuarão a pôr em prática os objectivos de luta contra a pobreza e a exclusão social;

Sublinharão a importância da integração da igualdade entre homens e mulheres em todas as acções tendentes à realização desses objectivos, através da tomada em consideração da dimensão do género na identificação dos desafios, da concepção, aplicação e avaliação de políticas e medidas, da selecção de indicadores e de objectivos e da participação das partes interessadas;

São convidados a desenvolver as suas prioridades no âmbito desses objectivos e a apresentar até Julho de 2003 um segundo plano de acção nacional que abranja um período de 2 anos;

São convidados a definir objectivos nos respectivos Planos de Acção Nacionais para a redução significativa do número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social até 2010, baseados, na medida do possível, nos indicadores comuns acordados no Conselho Europeu de Laeken;

A fim de permitir o acompanhamento da realização dos objectivos acima propostos, convidam-se igualmente os Estados-Membros a definir, a nível nacional, indicadores e modalidades de acompanhamento que permitam apreciar os progressos alcançados em relação a cada um dos objectivos desenvolvidos no respectivo plano de acção nacional.

A Comissão

Tendo em vista a elaboração de um relatório conjunto, é convidada a apresentar, com base nos planos nacionais transmitidos pelos Estados-Membros, um relatório de síntese que identifique as boas práticas e as abordagens inovadoras de interesse comum para os Estados-Membros.

Os Estados-Membros e a Comissão

São convidados a trabalhar em conjunto no âmbito do Comité da Protecção Social, com vista à preparação do Relatório Conjunto sobre a Inclusão Social a apresentar ao Conselho Europeu da Primavera de 2004;

São convidados a prosseguir a cooperação a nível europeu, a fim de aumentar o conhecimento sobre os fenómenos de exclusão, favorecer os intercâmbios de boas práticas, incluindo informações relativas aos objectivos e indicadores, e procurar uma aproximação e uma coordenação comuns destes pontos. O Programa de Acção adoptado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho irá continuar a apoiar essa cooperação.

OBJECTIVOS DE LUTA
CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

1. Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços

1.1. Promover a participação no emprego

No contexto da estratégia europeia para o emprego, e em especial da execução das directrizes:

- (a) Favorecer o acesso a um emprego duradouro e de qualidade para todas as mulheres e todos os homens em condições de trabalhar, através, nomeadamente:
- da criação, para as pessoas que pertencem aos grupos mais vulneráveis da população, de percursos de acompanhamento para o emprego e da mobilização, para o efeito, das políticas de formação;
 - do desenvolvimento de políticas que favoreçam a articulação entre a vida profissional e a vida familiar, inclusivamente em matéria de guarda de crianças e de pessoas não autónomas;
 - da utilização das oportunidades de inserção e de emprego da economia social.
- (b) Prevenir as rupturas profissionais desenvolvendo a capacidade de inserção profissional graças à gestão dos recursos humanos, à organização do trabalho e à formação ao longo da vida.

1.2. Promover o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços

- (a) Organizar os sistemas de protecção social por forma a que:
- contribuam para garantir a todas as pessoas os recursos necessários para viverem de acordo com a dignidade humana;
 - ajudem a superar os obstáculos à aceitação de emprego, assegurando que o acesso ao emprego se traduza num aumento do rendimento e favorecendo a capacidade de inserção profissional.
- (b) Criar políticas que tenham como objectivo o acesso de cada pessoa a uma habitação decente e salubre, bem como aos serviços essenciais necessários, atendendo ao contexto local e a uma existência normal nessa habitação (electricidade, água, aquecimento ...).
- (c) Criar políticas que tenham por objectivo o acesso de todas as pessoas aos cuidados de saúde necessários, inclusivamente em caso de falta de autonomia.
- (d) Desenvolver, à atenção das pessoas em causa, prestações, serviços ou acções de acompanhamento que permitam um acesso efectivo à educação, à justiça e aos demais serviços públicos e privados, tais como a cultura, o desporto e os tempos livres.

2. Prevenir os riscos de exclusão

- (a) Explorar plenamente o potencial da sociedade do conhecimento e das novas tecnologias da informação e da comunicação e assegurar que ninguém seja delas excluído, dando, nomeadamente, uma atenção especial às necessidades das pessoas com deficiências.

- (b) Criar políticas destinadas a evitar rupturas em condições de existência susceptíveis de conduzir a situações de exclusão, nomeadamente no que se refere aos casos de sobreendividamento, à exclusão escolar ou à perda da habitação.
- (c) Desenvolver acções destinadas a preservar a solidariedade familiar sob todas as suas formas.

3. Actuar em favor dos mais vulneráveis

- (a) Favorecer a integração social das mulheres e dos homens susceptíveis de se confrontarem com situações de pobreza persistente, devido, nomeadamente, à sua deficiência ou à sua pertença a um grupo social com dificuldades de inserção especiais, como as que afectam os imigrantes.
- (b) Tender para a eliminação das situações de exclusão social que atingem as crianças, e dar-lhes todas as oportunidades de uma boa inserção social.
- (c) Desenvolver acções globais a favor dos territórios confrontados com a exclusão.

Estes objectivos poderão ser postos em prática mediante a sua integração no conjunto dos outros objectivos e/ou mediante políticas e acções específicas.

4. Mobilizar o conjunto dos intervenientes

- (a) Promover, de acordo com as práticas nacionais, a participação e a expressão das pessoas em situação de exclusão, nomeadamente sobre a sua situação e sobre as políticas e acções desenvolvidas em sua intenção.

- (b) Assegurar a integração da luta contra as exclusões no conjunto das políticas, através, nomeadamente:
- da mobilização conjunta das autoridades a nível nacional, regional e local, no respeito das respectivas competências;
 - do desenvolvimento dos procedimentos e estruturas de coordenação adequados;
 - da adaptação dos serviços administrativos e sociais às necessidades das pessoas em situação de exclusão e da sensibilização para essas necessidades dos intervenientes que actuam *in loco*.
- (c) Promover o diálogo e a parceria entre todos os intervenientes públicos e privados em causa, através, nomeadamente:
- da implicação dos parceiros sociais, das organizações não governamentais e das organizações de serviços sociais, no respeito das respectivas competências em matéria de luta contra as exclusões;
 - do incentivo à responsabilização e à acção por parte de todos os cidadãos na luta contra a pobreza e a exclusão social;
 - do incentivo à responsabilização social das empresas.
-